XIV Salão Iniciação Científica da PUCRS

MODELO DE RESUMO

A Distinção entre o Dolo Eventual e a Culpa Consciente no Direito Penal Expansionista: a Flexibilização das Regras de Imputação Penal

Bolsista: Raul Marques Linhares (bolsista de iniciação científica FAPERGS/PROBIC)

Orientador: prof. Dr. André Luís Callegari

Instituição de Ensino: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Endereço: Av. Unisinos, 950, Bairro Cristo Rei, CEP: 93.022-000

Resumo

Presenciamos, atualmente, uma tendência à expansão do Direito Penal, com diversas manifestações sociais em prol de medidas de maior rigorismo no trato de condutas criminosas. Nesse panorama, uma das formas de exteriorização dessa expansão é a flexibilização/alteração das regras de imputação delitiva, especialmente no que concerne aos limites da concepção de dolo eventual e sua diferenciação com a culpa consciente, questão de notável importância à prática jurídica. O trabalho que ora se apresenta, objetivou traçar uma linha limítrofe entre o dolo eventual e a culpa consciente, perpassando pelas duas principais teorias do dolo (teoria da vontade e teoria da representação), com suas respectivas subdivisões, o que possibilita a realização de uma mais clara distinção dentre as referidas espécies de dolo e de culpa, especialmente quanto à definição da “assunção do risco”, prevista no Código Penal Brasileiro como elemento essencial do dolo eventual. Como metodologia, foi desenvolvido levantamento bibliográfico aliado à comparação com casos práticos demonstrativos, procurando-se construir as bases teóricas do tema em foco, compreender sua realidade prática atual e demonstrar a (in)existência de conformidade entre a definição legal de dolo eventual e a concepção de dolo eventual defendida por parcela de juristas, pela mídia populista e pela sociedade em geral. Fundamentou-se a pesquisa, sobretudo, na análise da doutrina clássica do Direito Penal, destacando-se, por exemplo, Sebastián Soller, Claus Roxin, Hans-Heinrich Jescheck, Johannes Wessels, Franz Von Liszt, Francesco Carrara e Vincenzo Manzini. Verificou-se, ao final, a ocorrência de uma deformação conceitual do dolo eventual, decorrente da banalização do entendimento sobre o que se deve compreender por “assumir o risco da produção do resultado”, muito por conta de manipulações midiáticas e de movimentos de populismo penal, culminando na adoção prática da teoria do conhecimento, mesmo que de forma velada, porquanto se mantém, normalmente, a defesa da primazia da teoria da vontade. Essa transformação decorre de diversos fatores característicos do Direito Penal expansionista, dentre os quais podem ser destacados, com base em Jesús-María Silva Sánchez e José Luis Díez Ripollés, o descrédito na técnica jurídico-penal, a identificação social com a vítima e a consequente visualização do delinquente como se desprovido fosse de qualquer condição humana. Como consequência, portanto, nota-se o crescimento da tendência em se objetivar o processo de classificação do delito em doloso ou culposos, como que por aplicação de uma fórmula matemática, em detrimento da análise subjetivista inerente ao elemento volitivo do tipo.

Palavras-chave

dolo; culpa; direito; penal; expansão.